



REPRESENTAÇÕES DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL NA GEOGRAFIA ESCOLAR um estudo de Valparaíso de Goiás

Ricardo Chaves de Farias ¹
Mariana Rezende Souza ²
Lucas Lima Coelho ³

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a ausência de materiais didáticos voltados ao ensino de Geografia Urbana na Educação Básica que utilizam o Distrito Federal e Entorno como referência didática. O Distrito Federal (DF) no ano de 1970 possuía em Brasília e nas demais Regiões Administrativas uma população de cerca de 537 mil habitantes. Havia a necessidade de novas alternativas de moradia para deslocar os constantes fluxos migratórios que se destinavam à região para a área externa ao quadrilátero do DF. A região escolhida abrangeu os municípios goianos próximos à nova capital brasileira. No entanto, surgiram novos espaços desmembrados do município de Luziânia, como é o caso do município de Valparaíso de Goiás; espaços estes sem possuir os equipamentos urbanos adequados para comportar as necessidades de uma população em constante crescimento, tais como escolas e hospitais de grande porte. Dessa forma, se constatou que a maior parte da população valparaisense buscava trabalho e serviços básicos fora do município goiano, deslocando-se diariamente num fluxo migratório pendular, sufocando os equipamentos urbanos de Brasília. Com o passar dos anos, a cidade de Valparaíso de Goiás apresentou um crescimento vertiginoso, o que ocasionou problemas para o próprio município, para Brasília e para algumas Regiões Administrativas do DF. O município está ligado a outros espaços geográficos e o lugar (município) pode ter sua organização territorial vinculada a espaços distantes, nesse caso, o centro de gravidade é o DF, com Brasília sendo a principal referência.

Palavras-chave: Livro Didático. Urbanização. Geografia Escolar. Segregação Socioespacial. Valparaíso de Goiás.

REPRESENTATIONS OF THE FEDERAL DISTRICT SURROUNDINGS IN SCHOOL GEOGRAPHY a study of the municipality of Valparaíso de Goiás

Abstract: The objective of this study is to analyze the lack of teaching materials aimed at teaching Urban Geography in Elementary and High School using the Federal District of Brazil and surrounding areas as a teaching reference. The Federal District (DF, in Portuguese) in 1970 had in Brasília and in the other Administrative Regions a population of about 537 thousand inhabitants. There was a need for new housing alternatives to displace the constant migratory

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) na área de concentração em Gestão Territorial e Ambiental. Integra o grupo de pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia da Universidade de Brasília (GEAF-UnB). E-mail: ricardochaves@outlook.com.

² Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de Brasília. Integra o grupo de pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia da Universidade de Brasília (GEAF-UnB). E-mail: marianarezendegeo@gmail.com.

³ Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), na área de concentração de Gestão Ambiental e Territorial. Integra o grupo de pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia da Universidade de Brasília (GEAF-UnB). E-mail: omnilucas@gmail.com.



flows that were destined to the region for the area outside the DF. The chosen area covered the municipalities of Goiás near new Brazilian capital. However, new dismembered spaces emerged from the municipality of Luziânia, as the municipality of Valparaíso de Goiás; these spaces without adequate urban facilities to meet the needs of a constantly growing population, such as schools and large hospitals. Thus, it was found that most of the population of Valparaíso de Goiás sought work and basic services outside the Goiás state, moving daily in a migratory pendulous flow, suffocating the urban facilities of Brasília. Over the years, the city of Valparaíso de Goiás showed a vertiginous growth, which caused problems for the city itself, for Brasília and for some Administrative Regions of the DF. The municipality is connected to other geographical spaces and the place (municipality) can have its territorial organization linked to distant spaces, in this case, the center of gravity is the DF, with Brasília being the main reference.

Keywords: Textbooks. Urbanization. School Geography. Socio-spatial Segregation. Valparaíso de Goiás.

INTRODUÇÃO

Brasília representa um importante papel no contexto das migrações internas do Brasil. Em um período de dez anos compreendido entre 1950 e 1960, a população urbana brasileira aumentou em 60%, alimentado pela saída da população camponesa em busca de novas oportunidades nas cidades que passavam por um intenso processo de industrialização neste período, fenômeno que se convencionou chamar de êxodo rural. A construção de Brasília representava essa nova oportunidade de vida à população que antes se dirigiria para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. O fluxo migratório para a nova capital, gerado em virtude da oferta de emprego no setor de construção civil, representou uma grande mudança no cenário brasileiro, ao ocupar o interior do território brasileiro, como planejou Juscelino Kubitschek (VASCONCELOS et al., 2006).

Fora do quadrilátero do DF, grandes latifundiários apresentaram-se eufóricos com a proximidade da nova capital brasileira. Seria o momento oportuno de transformar áreas rurais em áreas urbanas. De acordo com Oliveira e Aubertin (1988) o surgimento da periferia no município de Luziânia, no estado de Goiás, convergiu interesses das elites centrais, das elites periféricas e das empresas imobiliárias. Para Paviani (1987) é a partir da década de 1970, que se deu a grande expansão rumo à periferia do Distrito Federal (DF). As transações imobiliárias realizadas no município de Luziânia favoreceram a quebra do uso da terra anteriormente destinado para fins agropecuários, destinando-as para a construção de moradias de baixo custo. Neste contexto, formaram-se alguns núcleos urbanos entre eles, Valparaíso de Goiás. Tais loteamentos não



possuíam a infraestrutura desejada pela população que os habitaria, e como eram dependentes de Luziânia, não houve saída senão a emancipação política para que cada município adquirisse autonomia e conseguisse administrar seu próprio território.

Em se tratando da Geografia Escolar, a maior parte dos materiais didáticos voltados para o uso de alunos e professores não leva em conta o lugar onde o processo de ensino e aprendizagem é construído. Aqui entende-se por lugar “um centro de significados construído pela experiência” (TUAN, 1975, p. 52) e diversos autores têm apontado a importância desse conceito para o ensino de Geografia (LEITE, 2002; CALLAI, 2005; CARVALHO SOBRINHO, SUESS e ALMEIDA, 2014).

Rua (1998), Castrogiovanni e Goulart (1999) afirmam que o livro didático, frente às atuais condições de trabalho do professor de Geografia, torna-se cada vez mais instrumento, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento às atividades didático-pedagógicas. Essa perspectiva abre um precedente para a análise dos capítulos dos livros didáticos referentes à urbanização brasileira, uma vez que a cidade se torna um tema importante a ser trabalhado na escola fundamental (CAVALCANTI, 1999).

Nesse contexto, o presente trabalho propõe analisar a ausência de materiais didáticos voltados ao ensino de Geografia na Educação Básica, utilizando o Distrito Federal (DF) como referência didática. Para tanto, foram analisados cinco livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais, utilizados em escolas da rede de ensino do DF, e dessa maneira foi realizado o estudo de alguns problemas causados pela simbiose entre Brasília e Valparaíso de Goiás resultantes da sua interdependência. A pesquisa foi direcionada à relação de produção espacial do cotidiano das pessoas, pois a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção, da circulação e do consumo.

ORIGENS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENTORNO AO SUL DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, a nova capital surgida após os anos 1950, reflete o novo processo de industrialização do país porque o consumo e a produção em massa dessa época foram baseados na industrialização. Tal processo apresentou-se na nova capital com a



produção em massa, não somente na habitação, mas da cidade, tendo sido implantado de forma inovadora um polo de desenvolvimento no setor terciário, ou seja, baseado na prestação de serviços e não na implantação de usinas ou indústrias como em São Paulo, por exemplo (PENNA, 1996).

Entender a região conhecida popularmente como Entorno do DF, que para os órgãos de planejamento é chamada de RIDE (Região Integrada para o Desenvolvimento do Entorno) é importante para a confecção do presente estudo por ser um espaço ainda pouco desenvolvido. Esse espaço tem apresentado crescimento desordenado, carência de serviços básicos de utilidade pública e necessita de atenção especial dos governos de Goiás e do DF.

Cidades centrais, a exemplo de Brasília, acabam contribuindo para o surgimento de outros espaços urbanos periféricos que abrigam um enorme excedente populacional, carentes de serviços básicos e postos de trabalho. Cidades do entorno dependem de cidades centrais na obtenção de lazer, trabalho e serviços, pois “do ponto de vista do habitante, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo para a reprodução da vida dos homens” (CARLOS, 1992, p. 46).

O processo descrito anteriormente refere-se à segregação socioespacial. O conceito possui multidimensionalidade e é analisado por diferentes autores e escolas da Geografia. Por considerar uma representação mais clara, seguiremos a abordagem de Sposito (2013), pois a autora afirma que dentre todos os conceitos que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, este é o que tem o mais elevado grau de determinação no plano espacial. Tal fenômeno é revelado nos espaços da metrópole segundo a lógica de valor dos imóveis.

O fato de Valparaíso de Goiás ter surgido como opção de moradia de baixa renda para a população (inicialmente) migrante que se deslocou para o DF revela o vínculo dos sujeitos sociais envolvidos no processo, nesse caso, os que segregam e os que são segregados (SPOSITO, 2013). Assim, é nítida a relação apresentada entre os agentes públicos, construtoras e a população de baixa renda que se deslocou para residir em Valparaíso de Goiás. A partir da interação dos sujeitos apresentados, essa cidade assume o papel de reproduzir as condições necessárias para a acumulação do capital não mais no espaço urbano, mas alcançar esse objetivo por meio da produção do espaço urbano (CARLOS, VOLOCHKO, ALVAREZ, 2015).



Outro fator que colabora para esse processo em Valparaíso de Goiás é a oferta de moradias populares com juros menores, embora apresente valores mais altos. Esse fenômeno tende a agregar um valor de fetiche aos imóveis localizados na periferia. Sposito (2013) relata o caso de imóveis com menos de 40 metros quadrados, edificados em condomínios com limitada área de lazer, o que a autora intitula com autossegregação. Esse fenômeno tem levado os moradores desses espaços a proferirem discursos caracterizados por prestígio social que julgam alcançar ao morar em espaços semelhantes aos da classe média alta. No entanto, estão em espaços cada vez mais distantes e com pouca acessibilidade, uma vez que o transporte público é pouco eficiente. Resta como opção de mobilidade o transporte individual, alternativa que prolonga por sua vez o tempo de deslocamento pendular diário entre o centro e a periferia.

Valparaíso de Goiás insere-se no contexto da metropolização-periferização da produção de moradias pelo ramo imobiliário aliado ao capital financeiro. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” agiu com o aval do Estado para capitalizar a pobreza como novo negócio mundializado e cria um novo padrão para a produção do espaço na periferia ao valorizá-lo (CARLOS, VOLOCHKO, ALVAREZ, 2015). Durante a implantação desse programa em Valparaíso de Goiás houve um expressivo o crescimento do espaço urbano do município, onde diversos condomínios foram erguidos com financiamentos a longo prazo concedidos por bancos estatais e recentemente atraíram nova parcela de habitantes para a cidade, o que favoreceu a verticalização do espaço urbano. Sposito (2013) também define esse processo como segregação socioespacial, uma vez que os moradores dos condomínios mais distantes têm dificuldade de acesso ao conjunto de meios de consumo coletivo que a cidade oferece.

A atuação do capital financeiro em parceria com o setor imobiliário faz com que o espaço não seja visto apenas como matéria-prima e meio de produção, mas como um bem que possui valor e é valorizado segundo as dinâmicas urbanas, espaciais e financeiras (CARLOS, VOLOCHKO, ALVAREZ, 2015). No município estudado esse fenômeno é visível na desarticulação do espaço rural, pois de acordo com o IBGE (2010) este é o único município no estado de Goiás que não possui habitantes nesse meio, ou seja, a zona rural do município foi desfeita em nome da urbanização descontrolada e pela atuação do capital financeiro. Tal fato também é refletido na



precarização desse espaço urbano, pois ainda o IBGE (2018) afirma que em Valparaíso de Goiás, apenas 19.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada possuem a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

Outro conceito que também pode ser aplicado ao caso de Valparaíso de Goiás, enquanto município integrante da RIDE é o de cidade fragmentada. Esse tipo de cidade corresponde a uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. O município goiano é conectado ao Distrito Federal apenas pelo sistema rodoviário da BR-040 e são comuns grandes engarrafamentos ao longo do dia. O espaço é produzido pela ação do Estado, do mercado imobiliário e pela população de baixa renda, portanto, características intrínsecas ao caso do município em questão (VASCONCELOS 2013).

Causa estranheza o fato de não utilizar o termo “excluídos” para se referir aos habitantes de municípios periféricos. Conforme Martins (2009, p. 27) explica, o termo seria “impróprio e distorceria o próprio problema que pretende explicar”. Portanto, é mais coerente utilizar o conceito de aglomerados de exclusão proposto por Haesbaert (2004) para fazer referência a esse tipo de espaço.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

O Distrito Federal foi marcado na década de 1980 por uma desaceleração do crescimento populacional. Isso porque no período entre 1960 a 1970 o crescimento foi de 14.4% ao ano, passando de 140 mil habitantes para 537 mil habitantes. Durante a década de 1980, o DF teve um crescimento de aproximadamente 2.84% ao ano. Com a finalidade de suprir o déficit habitacional, surgiram no final da década de 1980 as cidades de Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Queiroz (2006) afirma que, essa diminuição do crescimento populacional não significou a perda de atração migratória por parte do Distrito Federal, mas sim um redirecionamento para a região do entorno.

Haviam três motivos para o desenvolvimento de loteamentos em Luziânia (município sede do distrito de Valparaíso à época). Em primeiro lugar as razões fundiárias, pois Luziânia possuía terras mais baratas e faltavam áreas destinadas a



loteamentos no Distrito Federal. O segundo motivo era demográfico, pois era alternativa para o migrante que não encontrava moradia no DF, além de uma opção de acesso à terra por uma população de baixa renda. O terceiro seriam os argumentos econômicos, já que havia uma necessidade de desenvolver Luziânia porque a topografia do município era favorável à instalação de infraestrutura, assim terras improdutivas para a agricultura foram destinadas para fins urbanos (PAVIANI, 1987).

Esse procedimental originou o município de Valparaíso de Goiás, que tem os primeiros indícios referentes a meados de 1959, onde houve o primeiro loteamento conhecido como Parque São Bernardo (IBGE, 2018). Valparaíso de Goiás surge como resultado de especulação imobiliária por áreas de baixo custo para suprir a demanda de uma população mais carente do Distrito Federal e que continuavam chegando de diversos estados do Brasil, sobretudo do Nordeste, desta forma servindo de área de escape para os novos moradores da capital. O município, que dista 37 km de Brasília, possui atualmente uma população de 159.500 habitantes e apresenta uma elevada densidade demográfica, que é de aproximadamente 2.165 habitantes por quilômetro quadrado em função do seu pequeno território.

PASSOS PARA ELABORAÇÃO DA PESQUISA

A análise dos materiais didáticos consistiu na identificação da abordagem do conceito de urbanização, na clareza do texto para a faixa etária de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais, na qualidade de imagens e mapas e referências ao Distrito Federal no texto. O critério estabelecido para a seleção dos livros didáticos foi o fato deles serem utilizados por escolas da Educação Básica do Distrito Federal.

O 7º ano foi escolhido como foco de análise pois é a série na qual os alunos estudam as dinâmicas físico-naturais, aspectos socioeconômicos e a produção do espaço geográfico brasileiro, portanto o assunto urbanização do Brasil é um dos grandes temas desse período.

Foge, contudo, ao propósito deste trabalho tentar definir qual seria a melhor forma de se abordar a urbanização nos estudos geográficos. Todavia, pretende mostrar que o conteúdo didático acerca da urbanização utilizada nos livros do DF, pouco utiliza essa unidade da federação e sua RIDE como referência à construção desse espaço,



mesmo possuindo forte aporte teórico elaborado por geógrafos locais que poderiam ser utilizados para essa finalidade.

Para alcançar os objetivos foram analisados os seguintes livros didáticos:

- Geografia: Espaço e Vivência, dos autores Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Garcia e Andressa Alves, editora Atual, 6ª edição, 2016;
- Geografia: Homem e Espaço, dos autores Elian Alabi Lucci e Anselmo Lazaro Branco, editora Saraiva, 23ª edição, 2014;
- Prismas Geográficos, dos autores James Onnig Tamdjian e Ivan Lazzari Mendes, editora FTD, 1ª edição, 2016;
- Projeto Athos, dos autores Sonia Castellar e Ana Paula Seferian, editora FTD, 1ª edição, 2014;
- Projeto Telaris, dos autores José William Vesentini e Vânia Vlach, editora Ática, 2ª edição, 2015.

ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Quadro 1. Livros didáticos analisados.

Número	Título	Autores	Edição/ano	Editora
1	Geografia: Espaço e Vivência	Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Garcia e Andressa Alves	6ª edição, 2016	Atual
2	Geografia: Homem e Espaço	Elian Alabi Lucci e Anselmo Lazaro Branco	23ª edição, 2014	Saraiva
3	Prismas Geográficos	James Onnig Tamdjian e Ivan Lazzari Mendes	1ª edição, 2016	FTD
4	Projeto Athos	Sonia Castellar e Ana Paula Seferian	1ª edição, 2014	FTD



5	Projeto Telaris	José William Vesentini e Vânia Vlach	2ª edição, 2015	Ática
---	-----------------	--------------------------------------	--------------------	-------

Elaborado pelos autores.

Geografia: Espaço e Vivência (Ed. Atual)

Como é feita a abordagem do conceito de urbanização: o livro não apresenta nenhum conceito para o termo urbanização, apesar de utilizá-lo por todo o capítulo que trata das cidades no Brasil. São apresentados fatores que impulsionaram o crescimento das cidades e a relação do espaço urbano com o campo, mas não há explanação conceitual sobre o termo urbanização.

Qual é a clareza da linguagem do texto para a faixa etária a que se propõe: a linguagem do texto é acessível, e há várias caixas de texto com informações específicas sobre as imagens e mapas.

Imagens e mapas: no capítulo que trata das cidades no Brasil há uma quantidade maior de fotos do que de mapas (12 fotos contra 3 mapas e 2 gráficos). Os mapas existentes apresentam somente o Brasil e a região Sudeste. No entanto, nos dois capítulos específicos sobre a região Centro-Oeste, há uma quantidade ligeiramente maior de mapas (5 mapas por capítulo, sendo 7 da região Centro-Oeste).

Referências ao DF: Não há nenhuma referência ao Distrito Federal ou ao seu Entorno no capítulo sobre Urbanização. No entanto, em um dos capítulos acerca da região Centro-Oeste há um texto complementar acerca da transferência da capital no contexto dos projetos de integração do Centro-Oeste. Nele há uma imagem de satélite do Plano Piloto de Brasília e os esboços de Lúcio Costa para a nova capital. Não há nenhum tipo de referência à RIDE ou sua formação, somente uma breve citação sobre a vinda de migrantes durante as obras de construção da capital federal.

Geografia: Homem e Espaço (Ed. Saraiva)

Como é feita a abordagem do conceito de urbanização: o livro traz uma unidade intitulada “Urbanização e Dinâmica Populacional”, na qual um dos dois capítulos que a



compõem tratam da urbanização brasileira em si. Neste, a definição de urbanização dada é de um crescimento maior da população urbana em relação à população rural.

Qual é a clareza da linguagem do texto para a faixa etária a que se propõe: o texto é simples, claro e coeso. O capítulo de urbanização trata inclusive do Estatuto da Cidade e o que ele representa. No entanto, o capítulo possui somente nove páginas (incluindo uma somente de exercícios), o que o torna sucinto em pontos importantes como problemas sociais e ambientais urbanos.

Imagens e mapas: em todo o capítulo há somente três mapas, sendo dois do Brasil e um do Eixo Rio-São Paulo. Todos os mapas são datados entre 2005 e 2010. Há poucas imagens, sendo somente quatro fotos e um gráfico sobre a evolução da população rural e urbana do país entre 1950 e 2010.

Referências ao DF: Não há nenhuma referência ao povoamento do Distrito Federal e seu entorno no capítulo de urbanização. Há somente um texto complementar (p. 176) sobre o assunto no capítulo sobre a Região Centro-Sul. O texto trata da criação de Brasília como cidade planejada e da criação das cidades satélites como sendo as principais áreas de recebimento dos migrantes que se dirigem ao DF. Não há nenhuma referência à RIDE, e há, inclusive, um erro ao se referir à cidade de Taguatinga como “Tabatinga”.

Prismas Geográficos (Ed. FTD)

Como é feita a abordagem do conceito de urbanização: o livro não apresenta nenhuma definição do conceito de urbanização, bem como não define outros conceitos utilizados no capítulo, como hierarquia urbana, rede urbana e crescimento urbano.

Qual é a clareza da linguagem do texto para a faixa etária a que se propõe: o texto apresenta uma larga contextualização histórica do processo de urbanização brasileira, desde as primeiras aglomerações urbanas no território até as condições de vida atuais em cidades brasileiras e em comunidades como a Rocinha. A linguagem é apropriada para a faixa etária, e o texto se utiliza de referências históricas para construir o conteúdo abordado.

Imagens e mapas: há em todo o capítulo sobre urbanização somente dois mapas: um sobre a ocupação do território brasileiro (p. 110) e outro sobre metrópoles brasileiras (p.



116). Há fotos e imagens de satélites, sendo que estas últimas possuem um tamanho bastante reduzido, o que dificulta a interpretação das informações.

Referências ao DF: Não há nenhum tipo de referência textual ao Distrito Federal ou à sua formação territorial. Somente no mapa sobre metrópoles (p. 116) há a apresentação de Brasília como uma das duas metrópoles nacionais.

Projeto Athos (Ed. FTD)

Como é feita a abordagem do conceito de urbanização: o livro não possui um capítulo específico sobre urbanização, sendo o assunto abordado nos capítulos sobre a distribuição espacial da população e em cada uma das unidades que tratam dos Complexos Regionais Geoeconômicos. Na unidade sobre o complexo Centro-Sul, há um destaque maior sobre o tema do espaço urbano, incluindo temas como o direito à moradia.

Qual é a clareza da linguagem do texto para a faixa etária a que se propõe: o texto é bastante sucinto, o que deixa grandes lacunas conceituais. Não há definição de conceitos importantes como da própria urbanização.

Imagens e mapas: o livro apresenta imagens em todas as páginas, e, inclusive; apresenta uma foto da região central de Brasília e outra do projeto vencedor do concurso público para a escolha do desenho do Plano Piloto de Brasília elaborado por Lúcio Costa. No entanto, não há uma quantidade significativa de mapas acerca do assunto de urbanização. Há um mapa sobre a população rural e urbana por região em 2010 (p. 96) e outro sobre a influência das metrópoles nacionais em 2007 (p. 203)

Referências ao DF: há referências ao Distrito Federal em um texto sobre a descentralização do povoamento ao citar a transferência da capital em 1960 (p.94); além de uma grande foto de página dupla no início da unidade sobre o complexo do Centro-Sul, na qual é mostrada uma vista aérea do Setor de Mansões Dom Bosco no Lago Sul, área nobre da região central de Brasília, o que limita a representação imagética da cidade aos espaços de poder político e da população com maior poder aquisitivo. Diferentemente dos outros livros, há um texto (p.204) que trata especificamente da construção da nova capital, bem como das levas de migrantes que se destinaram à nova capital.



Projeto Telaris (Ed. Ática)

Como é feita a abordagem do conceito de urbanização: o livro considera que urbanização é o crescimento do meio urbano superior ao do meio rural.

Qual é a clareza da linguagem do texto para a faixa etária a que se propõe: o texto é claro, conciso, coeso e apresenta exemplos internacionais e nacionais de crescimento urbano.

Imagens e mapas: possui. São de boa qualidade, relativamente recentes (entre 2010 e 2015) e apresentam dados sobre o DF

Referências ao DF: Não há referências diretas no texto ao DF ou ao seu processo de urbanização. No entanto, os mapas de Regiões Metropolitanas – 2015 (p. 96) e Urbanização e Rede Urbana (p.103) apresentam o DF entre as maiores regiões metropolitanas do país e como uma das duas metrópoles nacionais. Há ainda um quadro que apresenta o *ranking* das maiores regiões metropolitanas do Brasil (p. 97), no qual Brasília ocupa a 7ª posição. É importante ressaltar que o livro faz uso correto da nomenclatura RIDE ao ilustrar no mapa de regiões metropolitanas, a área concernente ao DF.

A CIDADE COMO REFERÊNCIA DIDÁTICA AO ENSINO DE GEOGRAFIA

A abordagem a respeito do processo de urbanização, bem como a referência ao espaço de vivência dos estudantes é uma importante estratégia que a Geografia Escolar pode utilizar para tornar significativa a aprendizagem de conteúdos por parte dos estudantes.

Entender a dinâmica da cidade é um importante artifício, pois conforme Cavalcanti (1999, p. 41):

A vida nas cidades é cada vez mais um fato mundial, pois a partir de um certo momento histórico, toda a sociedade passa a ser organizada em função do espaço urbano. Sendo assim, a cidade torna-se tema importante a ser trabalhado na escola fundamental, num projeto de formação da cidadania.

O conteúdo urbanização abre um importante leque de oportunidade para a construção de conhecimentos nas mais diversas áreas, como a produção capitalista do espaço rural e urbano, o processo de industrialização, a distribuição de renda entre os



territórios, os agentes políticos responsáveis por programas de desenvolvimento regional, os impactos ambientais e os movimentos de resistência no espaço da cidade, portanto, a orientação dada por Cavalcanti (1999) é validada pela gama de diferentes assuntos que podem ser abordados.

Carlos (1992) entende que a cidade é uma aglomeração de pessoas (habitantes e visitantes) e de objetos (casas, ruas, prédios). Por ser um organismo vivo, é em função das pessoas e dos objetos que a cidade é estruturada e cria a sua dinâmica interna, assim, utilizar os fenômenos vinculados à urbanização permitem ao aluno do 7º ano, a construção de conhecimentos geográficos presentes na América Latina a partir do seu espaço de vivência.

A proposta de utilizar o DF e o município de Valparaíso de Goiás como referências didáticas ao ensino de Geografia surge com a proposta de Callai (2009), pois a autora afirma que o município (nesse caso, Valparaíso de Goiás) é um lugar que precisa ser compreendido dentro do mundo, embasado nas relações que contraditoriamente se estabelecem no seu interior. Nesse caso, o município de Valparaíso de Goiás contempla diferentes assuntos que podem ser inseridos em uma aula sobre urbanização. Pode-se elencar: (i) a periferização do DF; (ii) a transformação do espaço rural em espaço urbano em Luziânia e a origem de Valparaíso; (iii) o crescimento horizontal da cidade e a segregação socioespacial; (iv) a emancipação do município como forma de resistência política local; (v) a formação da RIDE; (vi) a migração pendular diária; (vii) o processo de verticalização da cidade e a autosegregação; (viii) os problemas socioeconômicos; (ix) os impactos ambientais decorrentes do crescimento desordenado; (x) a precariedade dos serviços e equipamentos públicos em Valparaíso.

São muitas possibilidades didático-pedagógicas a serem abordadas com o processo de urbanização do DF, todavia o que os livros didáticos insistem em reproduzir são os exemplos da urbanização brasileira ainda pautada nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Poucos são os livros que utilizam imagens ou mapas com referências claras ao DF, portanto nota-se a ausência de duas importantes categorias de análise do espaço geográfico referentes ao caso do DF, o lugar e a paisagem.

Para Callai (2009), um lugar é a reprodução do global, do mundo em um determinado tempo e espaço, logo, entende-se que compreender a cidade a partir da



perspectiva do lugar, também é perceber as dinâmicas globais referentes ao processo de formação do espaço, nesse caso urbano. Ao se referir a análise da paisagem, a mesma autora afirma que é fundamental ultrapassar a visualização para encontrar o sentido, além de entender que a paisagem não se cria por acaso, mas que é resultado da vida dos homens. Nesse caso, os livros didáticos cometem equívocos ao reduzir o espaço geográfico do DF às áreas nobres e planejadas, bem como aos espaços de poder. É sabido que o DF possui favelas, mas em diversas ocasiões os alunos da faixa etária do 7º ano têm o imaginário desse espaço urbano como o de sub-moradias construídas em morros das grandes cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, todavia o DF possui uma das maiores favelas da América Latina, o Sol Nascente, localizado na Região Administrativa de Ceilândia.

Também para corroborar com a possibilidade do uso da cidade como proposta didático-pedagógica, Leite (2017) afirma que por meio da cidade é possível trabalhar os conceitos e categorias estruturadores do espaço geográfico, como natureza, lugar, paisagem, região, território e ambiente. Logo, a autora afirma que a consideração dessas categorias analíticas serve como suporte à compreensão da espacialidade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após anos de análises e discussões a respeito dos livros didáticos, os mesmos ainda apresentam uma visão segmentada e segregacionista dos fenômenos e processos no território brasileiro. As periferias que geralmente são retratadas nos livros se direcionam aos estados da região Sudeste, que abrange uma grande parcela da população brasileira e se tornam alvo dos autores porque a quantidade de estudantes nessa população é significativa.

Como podemos observar no estudo, na periferia do Distrito Federal, também conhecida como RIDE, que alcança também os estados de Goiás e Minas Gerais, a população vem crescendo de maneira significativa, todavia sua visibilidade tanto no mundo acadêmico quanto no mundo escolar ainda é insuficiente.

São necessários esforços para que essa realidade seja mudada, tendo em vista que a RIDE é uma área onde o Estado brasileiro tem se ausentado das suas atribuições constitucionais e relegado seu papel a um jogo de troca de responsabilidades que



envolve municípios, unidades federativas e a União. A educação é um caminho possível para que essa área em desenvolvimento e expansão possa ser representada e cabe à Geografia enquanto ciência e disciplina escolar a participação efetiva nas políticas públicas e educacionais voltadas para a formação de cidadania.

Relacionado à Geografia Escolar, faz-se importante mencionar que o seu “grande objetivo é fazer com que os alunos compreendam a espacialidade em que vivem e possam trabalhar com os conteúdos na perspectiva de incrementar essa postura” (CALLAI, 2014, p. 61). Assim é possível que a Geografia cumpra o seu papel na Educação Básica e facilite a compreensão da realidade, em sua dimensão espacial, e a decorrente formação de condutas adequadas à contemporaneidade.

Diante das recentes ameaças ao futuro não só da Geografia, como de outras disciplinas no meio escolar - como é o caso da reforma do Ensino Médio - é necessário repensar o rumo e o impacto das políticas educacionais e da própria prática pedagógica dos professores no futuro da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos membros do Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia da Universidade de Brasília (GEAF-UnB) pelo incentivo, colaboração e intercâmbio de ideias durante a escrita desse estudo.

REFERÊNCIAS

- BOLIGIAN, Levon; MARTINEZ, Rogério; VIDAL, Wanessa Pires Garcia;
BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. **Geografia Espaço e Vivência: A organização do espaço brasileiro**. São Paulo: ed. Atual, 6ª edição, 2016.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, p. 83-131, 2009.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudo do lugar e livro didático no ensino e na aprendizagem da Geografia. In: CASO, Maria Victoria Fernandez. **Didáctica de la Geografía: prácticas escolares y formación de profesores**. Buenos Aires: Biblos, p.61-73, 2014.



CARVALHO SOBRINHO, Hugo de; SUESS, Rodrigo Capelle; ALMEIDA, Suelen Alonso de. Versos, estrofes e rimas: o lugar do estado de Goiás nos poemas e poesias. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE COMPREENSÃO LEITORA - JAIME CERRÓN PALOMINO, 6, 2013, Formosa. **Anais...** Formosa: 2013, p. 232-242.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULART, Lígia Beatriz. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, p.129-132, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. SEFERIAN, Ana Paula Gomes. **Projeto Athos Geografia**. São Paulo: ed. FTD, 1ª edição, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito a cidade e a geografia escolar-Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, n. 5, p. 41-55, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**.

Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_goiias.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/valparaiso-de-goias/historico>>. Acesso em: fev. 2018.

LEITE, Cristina Maria Costa. Geografia no Ensino Fundamental. **Revista Espaço e Geografia**, v. 5, n. 2, 2002.

LEITE, Cristina Maria Costa. Sustentabilidade, Geografia Escolar e cidade: uma associação possível. In: LIMA, J. C. F.; BATISTA, P. A.; ARAGÃO, W. A. (Org.). **Geografia em Interfaces: diálogo e reflexões entre ensino, cidade, ambiente e turismo**. João Pessoa: Ideia, v. 1, p. 173-188, 2017.

LUCCI, Elian Alabi. BRANCO, Anselmo Lazaro. **Geografia: homem & espaço**. São Paulo: ed. Saraiva, 23ª edição, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2009.



OLIVEIRA, M. L. P.; AUBERTIN, C. A dinâmica da ocupação diferencial dos municípios do Entorno de Brasília. **Textos universitários**, Brasília, v. 13, p. 62-68, 1988.

PAVIANI, A. Periferização Urbana. In Paviani, A. (Org). **Urbanização e metropolização a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, I. B. Brasília: novos rumos para a periferia. In: Paviani, Aldo. (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. 1ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 189-212, 1996.

RUA, João. O professor, o livro didático e a realidade vivida pelo aluno como recursos para o ensino da geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 87-96, 1998.

QUEIROZ, E. P. A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: O conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

TAMDJIAN, James Onnig. MENDES, Ivan Lazzari. **Prismas Geográficos**. São Paulo: ed. FTD, 1ª edição, 2016.

TUAN, Yi-fu. Place: an experimental perspective. **Geographical Review**, n. 65, v. 2, p. 151-165, 1975.

VASCONCELOS, A. M. N.; FERREIRA, I. C. B.; MACIEL, S. B.; GOMES, M. M. F.; CATALÃO, I. de F.. Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006. **Anais...** Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006, p. 1-17.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, p. 17-37, 2013.

VESENTINI, José William. VLACH, Vânia. **Projeto Teláris: Geografia**. São Paulo: ed. Ática, 2ª edição, 2015.